

Presidente
Herbert Victor Levy

Luiz Fernando Ferreira Levy
Paulo Roberto Ferreira Levy
Luiz Fernando Cirne Lima
Roberto de Souza Ayres

GAZETA MERCANTIL

Sábado, 7, e segunda-feira, 9 de abril de 1990

DIRETORIA

Diretor-Presidente
Luiz Fernando Ferreira Levy

Diretores Vice-Presidentes

Henrique Alves de Araujo
Roberto Muller Filho
Roberto de Souza Ayres

Página 4

Nas sucessivas votações das medidas provisórias encaminhadas à sua apreciação, o Congresso Nacional tem demonstrado um amadurecimento político que poucos julgavam que viesse a apresentar. Em vez de ceder às pressões de "lobbies" organizados, atendendo a interesses de grupos, a maioria do Congresso Nacional, notadamente parlamentares pertencentes às bancadas do PMDB, PFL e PSDB, tem revelado lucidez na análise da nova política econômica proposta pelo Executivo, consciente de sua importância para o futuro do País.

Se isso não tivesse ocorrido, o plano correiria sério risco de ser desfigurado, sabendo-se que falta ao atual governo uma nítida sustentação parlamentar. O que se observou, porém, é que, superando constrangimentos partidários, o Congresso compreendeu que seu papel, nesta hora tão decisiva, era o de respeitar a integridade do programa proposto, sem renunciar ao direito de corrigir erros e sugerir aperfeiçoamentos. Como é praxe nos regimes democráticos, isso foi feito mediante intensas negociações entre os partidos e interlocutores autorizados do governo no Legislativo, que

Amadurecimento político

sempre se mostraram dispostos a obter junto às autoridades informações requeridas para esclarecer os pontos mais controversos.

Não há melhor exemplo do que a atitude das lideranças no Congresso diante da reforma administrativa, cujo cerne está na Medida Provisória nº 151, pela qual são extintos 23 órgãos estatais federais com a demissão dos funcionários sem estabilidade. Como já mencionamos, a aprovação da reforma tem um significado especial no contexto do Plano Collor. Primeiro, porque representa uma evidência, aos olhos da população, de que o governo, como ocorreu no passado, não está apenas exigindo privações de pessoas físicas ou penalizando empresas em nome do combate à inflação. Ele próprio está disposto a oferecer a sua quota de sacrifícios, que só não é maior, como afirmam as autoridades, porque dispositivos constitucionais o impedem.

Isso não é tudo, porém. A reforma do aparelho estatal é também uma peça importante

para a eliminação do déficit público, ao contrário do que se propala. Se comparados aos gastos financeiros do Tesouro, antes do plano de estabilização, os cortes na administração representam realmente pouco. Mas ocorre que o governo reduziu drasticamente as suas despesas financeiras e, com a estabilização da moeda, o custo da rolagem da dívida deixa de constituir uma barreira ao desenvolvimento nacional.

Dentro dessa estratégia, um ajuste das finanças públicas é necessário, devendo a reforma administrativa dar uma contribuição importante, estimada em 0,5% do Produto Interno Bruto (PIB), ou seja, US\$ 2 bilhões neste ano. Não é um total insignificante, levando-se em conta que a reforma fiscal trará, no exercício de 1990, US\$ 12 bilhões a mais para o Tesouro.

Tendo mostrado sensibilidade para esses fatos, o Congresso, no entanto, fez uma restrição de inegável pertinência. Os parlamenta-

res que compõem a maioria propuseram uma emenda pela qual o governo não poderá dispor livremente das verbas liberadas pela extinção dos órgãos e ficará obrigado a apresentar os resultados ao Congresso na reformulação do orçamento.

É evidente que, tendo que votar qualquer modificação na lei de meios, o Congresso requiera que os efeitos da reforma administrativa sejam explicitados, de modo a prevenir eventuais distorções. E não existe dificuldade alguma para que o governo aceite essa limitação, uma vez que está empenhado, de fato, na redução de suas despesas.

Este desdobramento simboliza o espírito que hoje predomina na Câmara e no Senado. O plano, que é de iniciativa e da responsabilidade do Executivo, é respeitado em sua essência pelo Congresso, respondendo aos anseios do povo. Mas isso não significa, em absoluto, que o Legislativo, como poder autônomo e soberano, esteja disposto a abrir mão de suas prerrogativas de emendá-lo e de fiscalizar a sua aplicação. Não exageraremos se dissermos que este é um novo estágio da democracia brasileira.